

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.985 - MG (2018/0309976-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **LUIS CARLOS SOARES**  
**ADVOGADOS** : **JULIANO VIEIRA ZAPPIA - MG103678**  
**FABIANA MARIANO SCHULTZ CAGNANI E OUTRO(S) -**  
**MG103617**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por LUIS CARLOS SOARES, em 15/05/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que inadmitiu o Recurso Especial interposto em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO NÃO DEMONSTRADA. IMPROCEDÊNCIA.

1. Se o laudo médico-pericial foi expresso em consignar que a parte autora - lavrador, nascido em 1959, portador/a de câncer de pele, não estava incapacitada para o exercício de suas atividades laborais e os argumentos contidos nas razões da apelação não lograram infirmar as conclusões daquele documento, a legislação de regência não autoriza a concessão do pleiteado benefício de aposentadoria por invalidez.
2. Apelação a que se nega provimento" (fl. 150e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO JULGADO EMBARGADO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA DISCUTIDA E DE MODIFICAÇÃO DO DESLINDE DADO AO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

1. O prequestionamento, por meio de embargos declaratórios, com vistas à interposição de recurso extraordinário e/ou recurso especial, somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.
2. O juiz não está obrigado a mencionar e a analisar, isoladamente, todos os dispositivos constitucionais e legais invocados pelas partes no debate suscitado nos autos, nem, tampouco, a refutar, um a um, todos os argumentos deduzidos na discussão da causa, mas, apenas, a resolvê-la de acordo com seu convencimento.
3. Os Embargos de Declaração não são o remédio processual

adequado à correção de erro de mérito em julgado.

4. Inexistindo no acórdão omissão, obscuridade ou contradição, rejeitam-se os Embargos de Declaração que lhe foram opostos.

5. Omissão, obscuridade e contradição inexistentes.

6. Embargos de Declaração rejeitados" (fl.178e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, violação aos arts. 332, 400, 436 do CPC/2015, 535 CPC/1973 (atual art. 1.022, CPC/2015 e arts. 42 e 59, ambos da Lei 8.213/91. Afirma **in verbis**:

"Trata-se de Ação de Concessão de Auxílio-Doença ou Aposentadoria por Invalidez Rural. **O pedido foi julgado improcedente** pelo juízo de primeiro grau.

Foi interposto **recurso de apelação pelo autor, que restou improvido** pelo acórdão recorrido, oriundo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Foram interpostos **embargos de declaração** pelo recorrente que restaram **rejeitados** no referido Tribunal.

O acórdão recorrido **contrariou dispositivos de lei federal (artigo 436 do CPC, além dos arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91, e também o art. 535 do CPC, deixando de apreciar corretamente os embargos de declaração do recorrente).**

Por essas razões, foi interposto o presente Recurso Especial, com fulcro no permissivo constitucional do art. 105, III, 'a', tendo em vista que já esgotadas as instâncias ordinárias, posto que a matéria foi decidida em última instância pelo TRF da a Região.

(...)

### 3) DA NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO E. STJ

Cumprе esclarecer que não há óbice ao presente recurso em virtude da Súmula 7 deste E. STJ, tendo em vista que não se pretende, por meio deste Recurso Especial, o mero reexame de provas, mas sim a interpretação de lei federal sobre o tema (artigo 436 do CPC e arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91, e também o art. 535 do CPC), além da garantia de vigência aos referidos dispositivos, o que restou negado pelo acórdão recorrido.

Além disso, esta E. Corte já manifestou o entendimento de que a valoração das provas constantes dos autos não se confunde com seu reexame, sendo perfeitamente cabível a interposição de Recurso Especial nessa situação:

(...)

Assim sendo, é perfeitamente cabível o presente recurso, não encontrando vedação na Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

4) DO PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA

Conforme se verifica dos autos, a matéria objeto do presente recurso foi exaustivamente prequestionada pelo ora recorrente nas instâncias ordinárias.

A matéria que constitui o mérito deste Recurso Especial quanto à contrariedade à legislação federal e à negativa de vigência aos dispositivos aplicáveis ao caso do autor foram debatidas expressamente na petição inicial, em que se requereu o reconhecimento da incapacidade, na impugnação à contestação do INSS e na manifestação sobre o laudo pericial.

Além disso, a matéria também foi novamente debatida e prequestionada em sede de apelação e, finalmente, por meio de embargos de declaração contra o acórdão recorrido em que novamente foi discutida a negativa de vigência às Leis Federais mencionadas neste Recurso Especial e divergência jurisprudencial.

Assim sendo, resta cumprido o prequestionamento da matéria que a recorrente entende ter sido violada, tornando admissível o presente Recurso Especial.

5) DA CONTRARIEDADE E NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE AMPARA O DIREITO DO AUTOR (ARTS. 332 E 400 DO CPC)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao apreciar o recurso de apelação interposto pelo INSS contra a sentença que julgou improcedente o pedido, negou vigência à legislação federal acima mencionada (arts. 332 e 400 do CPC), na medida em que não foi oportunizada ao autor a oitiva de testemunhas, prova este tempestiva e regularmente requerida.

Ademais, todas as provas lícitas devem ser admitidas na comprovação dos fatos, conforme prevêm os arts. 332 e 400 do CPC:

(...)

**Os referidos dispositivos foram violados, visto que houve julgamento antecipado da lide, sem que a causa estivesse devidamente instruída, haja vista que, após a realização de perícia médica, a parte autora á havia requerido a produção de prova testemunhal, sendo que o julgamento da lide ocorreu antes da produção da referida prova.**

Em assim sendo, é evidente que houve limitação na produção da prova, que é inadmissível ante aos Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal e Ampla Defesa (art. 5º, LIV e LV da CF/88), bem como tendo em vista as previsões legais acima apontadas, que se reputam violadas (arts. 332 e 400 do CPC),

configurando, sem sombra de dúvidas, claro cerceamento do direito de defesa.

Ora, a produção da prova testemunhal é totalmente necessária à instrução do feito, vez que ao autor é garantido o direito de comprovar nos autos todas suas alegações, no presente caso, por ter natureza rurícola, a produção da prova testemunhal é imprescindível para a demonstração da carência e qualidade de segurado e até mesmo a exposição solar.

O próprio tribunal de origem tem firme entendimento de que ausência da oitiva de testemunhas constitui cerceamento de defesa, conforme abaixo se verifica:

(...)

Cabe mencionar ainda que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção através de outros elementos constantes dos autos, conforme previsão do art. 436 do CPC.

Assim sendo, impedir o autor de produzir prova testemunhal, dentre outros, inclusive pugnar por nova perícia após a realização da prova testemunhal, constitui cerceamento ao direito de defesa e violação aos artigos 332 e 400 do CPC, posto que não foi dado ao autor o direito de comprovar por outros meios a incorreção das conclusões do laudo pericial.

Ora, diante do conjunto probatório apresentado nos autos, há que se reconhecer que a decisão do E. TRF da 1ª Região, no julgamento da apelação, e também no julgamento dos embargos de declaração da recorrente, violou dispositivos de Lei Federal (arts. 332 e 400 do CPC), na medida em que, de forma totalmente injustificada, impediu o autor na produção da prova testemunhal para demonstração de seu direito.

Por todo o exposto, já que demonstrada a violação à legislação federal de regência, requer seja conhecido e provido o presente Recurso Especial.

#### 6) DA CONTRARIEDADE E NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE AMPARA O DIREITO DO AUTOR (ARTIGO 436 DO CPC)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao negar provimento ao recurso de apelação do autor contra a r. sentença, negou vigência à legislação federal acima mencionada (artigo 436 do CPC). Ou seja, **o acórdão deixou de apreciar as alegações do autor e demais provas dos autos, julgando exclusivamente com base na conclusão do laudo pericial, sem observar todo o seu conteúdo, bem como as demais provas trazidas aos autos, dentre elas a documental**

médica.

Assim sendo, negou-se vigência aos artigos 436 do CPC e, por conseguinte, aos artigos 42 e 59 da Lei 8.213/91.

(...)

Assim sendo, os demais elementos dos autos também devem ser observados, não apenas e tão somente o laudo pericial, que é apenas um elemento a ser apreciado pelo julgador.

Vejamos o que dos autos consta.

O próprio laudo pericial trouxe informações sobre a situação laboral do autor:

**'O tratamento do câncer de pele não impede a exposição solar, apenas restringe esta exposição ao uso de protetor solar de preferência com FPS acima de 30, privilegia a exposição fora dos horários de pico (das 10hs às 16hs), uso de medicação tópica noturna para diminuição do dano e retornos regulares para prevenção de novas lesões. (fls. 64, g.n.)'**

**Em sendo o autor trabalhador rural, sua patologia implica em importante redução da sua jornada de trabalho, pois tal restrição é de 6 horas por dia, no melhor horário para o trabalho rural.**

**Ora, se autor não pode trabalhar das 10:00 às 16:00, isto é, se não pode trabalhar 6 horas do dia, de um trabalho que só é exercido durante a luz do sol, certo é que o mesmo está plenamente incapacitado para o trabalho.**

Assim, há entendimentos na jurisprudência no sentido de que tal incapacidade deve ser considerada plena, pois impede o autor de garantir sua subsistência, principalmente **no presente caso, em que é bóia fria, ganha por produtividade.**

Vejamos a jurisprudência, em caso análogo:

(...)

Não bastasse isso, **conforme se verifica dos documentos dos autos, o autor teve de se submeter, posteriormente ao laudo, a novas cirurgias para retirada de novas neoplasias malignas na pele, o que só comprova que sua atividade rurícola, que obviamente exige a exposição ao sol, somente tem agravado sua doença.**

Vejamos o teor de um dos laudos anexos:

**'Atesto que o Sr. Luis Carlos Soares é portador de câncer cutâneo múltiplo, sendo paciente de alto risco de desenvolvimento de novas neoplasias. Atualmente encontra-se em programação de nova cirurgia.**

**Deve, de maneira enfática, evitar exposição solar, portanto**

deve afastar-se de suas atividades até resolução do quadro.'  
(g.n.)

Assim sendo, deve ser levado em consideração que se trata de pessoa que somente exerceu a atividade de LAVRADOR, que exige exposição solar, não havendo como desempenhar outra atividade.

A existência dessas doenças, somando-se ao fato de que o autor já conta com 55 anos de idade, o torna insuscetível de reabilitação, já que sempre foi trabalhador rural, com baixa escolaridade, além da impossível absorção pelo mercado de trabalho de uma cidade pequena (Ipuiuna, cidade com economia predominantemente rural e com cerca de apenas 10.000 habitantes), ainda mais para pessoa com problemas de saúde, sem estudo e com idade avançada.

No mesmo caso dos autos, a jurisprudência do E. STJ:

(...)

Assim sendo, considerando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, e que o contexto sócio-econômico, profissional e cultural do autor, levando em consideração todas as provas dos autos, é favorável à concessão do benefício, o mesmo pode perfeitamente ser concedido, independente da mera conclusão do laudo pericial.

(...)

7) DA CONTRARIEDADE E NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE AMPARA O DIREITO DO AUTOR (ARTIGOS 42 E 59 DA LEI 8.213/91)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao negar provimento ao recurso de apelação do autor contra a r. sentença, negou vigência à legislação federal acima mencionada (artigos 42 e 59 da Lei 8.213/91).

Vejamos o teor dos referidos dispositivos da Lei 8.213/91:

(...)

**Conforme acima exposto, o autor é trabalhador rural, e conforme assinalado no laudo, sua doença não recomenda a exposição solar entre as 10h00 e as 16h00, o que é impossível para um rurícola, razão pela qual o mesmo há que ser entendido como totalmente incapacitado para o trabalho, além do fato de sua baixa qualificação e idade avançada.**

Assim sendo, pela negativa de vigência aos artigos acima transcritos (arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91), visto que restou demonstrada a incapacidade, na análise de todo o conteúdo dos autos, e não só da conclusão do laudo, o acórdão efetivamente violou tais dispositivos, razão pela qual requer o provimento do presente Recurso Especial para reconhecer o direito ao benefício por incapacidade.

8) DA NEGATIVA DE VIGÊNCIA À LEGISLAÇÃO FEDERAL (ART. 535, II, DO CPC)

Conforme restou demonstrado nos autos, a matéria objeto do Recurso Especial foi devidamente discutida pelo recorrente desde o primeiro grau de jurisdição, estando devidamente prequestionada.

Contudo, caso este E. Tribunal entenda que o acórdão recorrido do TRF da 1ª Região não apreciou devidamente a legislação aplicável ao caso do autor, é de se ter por violado, em razão de tal omissão, o quanto disposto no art. 535, inciso II, do CPC.

Isso porque, diante do acórdão ora recorrido, o autor apresentou embargos de declaração para elucidar a matéria que já vinha debatendo em todas as oportunidades em que se manifestou nos autos, em especial na apelação, em que requereu a análise expressa dos dispositivos que asseguravam o seu direito para fins de prequestionamento na interposição do presente Recurso Especial.

Se houve omissão nos autos, tal omissão não foi do autor, mas sim do acórdão ora recorrido, que não apreciou devidamente os pontos que lhe foram postos para julgamento e, persistindo na omissão, deixou de apreciá-los corretamente no julgamento dos embargos de declaração interpostos com fulcro no art. 535, II, do CPC.

Assim sendo, restam devidamente preenchidos todos os requisitos para o conhecimento e provimento do presente recurso com fulcro em violação ao art. 535, II, do CPC, pelo permissivo constitucional do art. 105, III, 'a'. Isso porque:

- a) a matéria foi devidamente debatida nas instâncias ordinárias, em especial em sede de apelação, pelo que se verifica dos autos;
- b) foram interpostos embargos de declaração para a apreciação dos dispositivos que asseguravam o direito do recorrente, sendo rejeitados os embargos pelo TRF da 1ª Região, sob o fundamento de que não caberiam os embargos para fins de prequestionamento e que a apreciação dos mesmos consistiria em novo julgamento da causa;
- c) a tese omitida seria fundamental para a conclusão do julgado de procedência ou improcedência do pedido (reconhecimento da comprovação da incapacidade conforme os arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91 e aplicação do art. 436 do CPC, bem como oportunização da oitiva de testemunhas - arts. 332 e 400 do CPC);
- d) a apreciação do tema seria suficiente para a garantia do provimento favorável ao autor, ora recorrente, já que não havia outras questões em discussão para negar o benefício ao mesmo.

Assim sendo, cumpridos os requisitos acima, é perfeitamente cabível o Recurso Especial com fulcro em negativa de vigência ao art. 535 do CPC, conforme o entendimento deste E. STJ:

(...)" (fls. 182/202e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial para "reconhecer a negativa de vigência ao art. 436 do CPC, por não apreciar todas as provas dos autos, vinculando-se o resultado do julgamento à mera conclusão do laudo pericial, bem como a comprovação da incapacidade conforme os arts. 42 e 59 da Lei 8.213/91, reformando o referido julgado para conceder ao recorrente a aposentadoria por invalidez ou auxílio - doença rural, nos termos pleiteados na petição inicial; ou, b) subsidiariamente em relação ao item anterior, reconhecer a negativa de vigência aos artigos 332 e 400 do CPC, por não ter sido oportunizado ao recorrente a oitiva das testemunhas regularmente indicadas, com a anulação do acórdão e da sentença para a produção da prova testemunhal; ou, subsidiariamente em relação aos itens anteriores, caso este Tribunal entenda que a matéria não restou devidamente enfrentada pelo Tribunal a quo, anular o acórdão recorrido, devolvendo-se a matéria para nova apreciação daquela Corte, vez que a matéria foi devidamente prequestionada pelo recorrente, tendo havido violação ao art. 535, II, do CPC" (fl. 201e).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Não admitido o Recurso Especial (fls. 205/207e), foi interposto o presente Agravo (fls. 209/218e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação merece prosperar.

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

**In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 1.022, II, do CPC/2015.**

Isto porque, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação no bojo das razões de Apelação (fls. 125/130e) e nos Embargos de Declaração (fls. 153/170e), onde o recorrente insiste que "a incapacidade para o trabalho restou, sim, comprovada nos autos, pois se extrai do laudo que a incapacidade laborativa é parcial, pois a patologia do autor restringe sua exposição solar nos períodos de pico, ou



seja, das 10hs às 16hs (fls. 64 - quesito 3)", de modo que o "autor não pode trabalhar das 10:00 às 16:00, isto é, se não pode trabalhar 6 horas do dia, de um trabalho que só é exercido durante a luz do sol, certo é que o mesmo está plenamente incapacitado para o trabalho", observo que o **Tribunal de origem não examinou tal alegação**, limitando-se a decidir, em sede de aclaratórios, pela ausência de vícios, haja vista que o acórdão analisou de forma eficiente os pontos relevantes da demanda (fls. 174/179e).

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nas razões de Apelação, sendo inclusive opostos Aclaratórios na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui patente relevância, a ponto de conduzir à modificação do julgado regional, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial**, a fim de **anular o acórdão de fls. 174/179e**, exarado no julgamento dos Aclaratórios de fls. 153/170e, para que outro seja proferido em seu lugar, sanando as omissões apontadas.

I.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora